

SUSTENTABILIDADE NO SÉCULO XXI : UMA AÇÃO SOCIAL QUE TRARÁ RETORNOS

Arley Gonçalves Vieira¹

RESUMO

A gestão ambiental é uma questão que vem se tornando um fator intrigante para quem deseja abrir seu próprio negócio ou mesmo quem já tem sua organização formada. Para as empresas em particular este tem sido um desafio ainda maior, pois os consumidores têm se tornado mais exigente e muitas vezes assumindo o papel dos fiscais (cobrando das empresas produtos ambientalmente e socialmente responsáveis) bem como a legislação ambiental que tem se tornado cada vez mais rigorosa e punitiva para as organizações que prejudicam o meio em que atuam. Neste sentido, as organizações, para se adaptar a esta nova realidade são obrigadas a realizar investimentos em novas práticas produtivas que não prejudiquem o meio ambiente. A partir deste contexto, o objetivo geral deste artigo é compreender que medidas podem ser desenvolvidas dentro de uma organização para proteger o meio ambiente. Ou seja, que práticas uma organização pode desenvolver para se tornar ambientalmente responsável.

Palavras chaves: gestão ambiental, sustentabilidade, responsabilidade sócio-ambiental.

1. INTRODUÇÃO

A gestão ambiental é uma questão que vem se tornando um fator intrigante para quem deseja abrir seu próprio negócio ou mesmo quem já tem sua organização formada. O problema ambiental é cada vez mais tema de assembleias que discutem os métodos e meios de conservação, ou até mesmo redução dos fatores poluentes do mesmo. Quando se olha o lado político da questão ambiental pode-se enxergar uma série de legislações sendo elaboradas com o intuito de preservar o meio ambiente.

Para as empresas em particular este tem sido um desafio ainda maior pois os consumidores têm se tornado mais exigente (cobrando das empresas produtos ambientalmente e socialmente responsáveis) bem como a legislação ambiental que tem se tornado cada vez mais rigorosa e punitiva para as organizações que prejudicam o meio em que atuam. Neste sentido, as organizações, para se adaptar a esta nova realidade são obrigadas a realizar investimentos em novas práticas produtivas que não prejudiquem o meio ambiente.

¹ Graduação em Administração pelo Centro de Ensino Superior Catalão – CESUC

Estes fatores se tornam, no caso das pequenas e médias empresas, particularmente mais complexo e difícil de ser resolvido. Por ser um perfil de empresa que já sofre diversas dificuldades, as obrigações ambientais se tornaram mais um empecilho para o sucesso das mesmas. A partir deste contexto, o objetivo geral deste trabalho é compreender que medidas podem ser desenvolvidas dentro de uma organização para se proteger o meio ambiente. Ou seja, que práticas uma organização pode desenvolver para se tornar ambientalmente responsável.

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma revisão da literatura, enfatizando a questão ambiental como elemento imprescindível para que os empreendedores superem os problemas característicos de cada fase ou estágio pertinentes ao Modelo Funcional da gestão ambiental das organizações que anseiam introduzir um modelo de gestão ambiental, como fator decisório em suas atividades, e até mesmo de competitividade. E assim se adequando aos novos padrões exigidos não só pelas assembleias legislativas mais como também pelos consumidores e grande parte da sociedade.

O material consultado constituiu-se de livros, periódicos e dissertações, na forma impressa ou eletrônica.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Evolução do conceito de sustentabilidade

Um dos aspectos mais visíveis do movimento gerado em torno da questão ambiental nos últimos anos é a responsabilidade social tanto de indivíduos quanto de organizações, sejam elas do setor privado, do setor público, ou do terceiro setor.

A responsabilidade social em questões ambientais tem se traduzido em adoção de práticas que extrapolam os deveres básicos tanto do cidadão quanto das organizações. Em outras palavras é fazer além do que a lei exige voluntariamente, e uma das maiores buscas das organizações é fazer todas essas obrigações de maneira que também atinjam seus objetivos mantendo um futuro sustentável para as mesmas.

Um dos primeiros conceitos de sustentabilidade apresentados no âmbito, desenvolvimento sustentável é o que foi criado no relatório *Brundtland*. Segundo Andrade (2000, p. 04), o Relatório *Brundtland* é o documento intitulado “Nosso Futuro Comum”, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, publicado em 1987, no qual desenvolvimento sustentável é concebido como: “O desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”.

Dias (2009, p.153) em sua interpretação pelo relatório *Brundtland* definiu sustentabilidade assim:

(...) é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas.

Conforme esclarece Braga (2005, p. 216), diversas foram as iniciativas que abordavam o desenvolvimento sustentável, anteriores à Agenda 21, as quais reafirmam uma visão crítica do modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados e reproduzido pelas nações em desenvolvimento, e que ressaltam os riscos do uso descontrolado dos recursos naturais sem considerar a capacidade real de suporte dos ecossistemas. O relatório aponta para uma não-compatibilidade entre desenvolvimento sustentável e os novos padrões de produção e consumo vigentes na atual sociedade.

Um mundo melhor para todas as gerações sem prejudicar o meio ambiente é uma meta social a ser alcançada, o que faz com que ela seja um ideal comum em todo planeta.

Barbieri & Cajazeira (2009, p.66) expõem que:

O movimento do desenvolvimento sustentável baseia-se na percepção de que a capacidade de carga da terra não poderá ser ultrapassada sem que ocorram grandes catástrofes sociais e ambientais. Mais ainda, já há sinais evidentes de que em muitos casos os limites aceitáveis foram ultrapassados, como atestam diversos problemas ambientais gravíssimos, como aquecimento global, a destruição da camada de ozônio estratosférico, a poluição dos rios e oceanos, extinção acelerada de espécies vivas, bem como os sérios problemas sociais.

Segundo Ferreira (1995, p. 619), sustentabilidade se refere: “Sustentável, adj. Que se pode sustentar capaz de se manter mais ou menos constante, ou estável, por longo período”.

De acordo a esse conceito de sustentabilidade proposto por Aurélio, pode-se perceber que uma empresa que anseia se manter no mercado do novo milênio, é preciso executar práticas sustentáveis, ou seja, que a empresa possa, a partir de suas ações, ter condições de se manter por longo tempo no mercado. Já não é mais só cumprir requisitos de empresa sustentável ou de responsabilidade social perante a sociedade que a organização realiza

práticas sustentáveis no ambiente que ela atua, já se torna uma necessidade no atual século XXI, uma vez que se a mesma deseja um futuro constante e longo como diz o conceito acima citado, é justamente esse caminho que a mesma tem que trilhar e batalhar para que, como já dizia a Comissão Mundial em seu relatório que foi publicado em 1987, no qual desenvolvimento sustentável é concebido como: “O desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”.

A questão da sustentabilidade, portanto, é uma grande realidade e as empresas têm procurado se adaptar a este novo ambiente (de exigência do consumidor por produtos ecologicamente corretos bem como pela legislação ambiental mais rigorosa). Visando se manter competitivas e atendendo um público cada vez mais rigoroso as empresas têm procurado adaptar suas formas administrativas e implementar novas práticas de produção.

Os elementos que tornam a questão da sustentabilidade importante são os fatores: econômicos, sociais, e diversos outros fatores que contribuem para uma sociedade mais justa e consciente em favor de sociedades futuras. Atualmente as organizações têm que se adaptar a um novo cenário econômico. Apesar da idéia de sustentabilidade incorporar a questão do respeito ao ser humano, a visão das empresas se dirige essencialmente para a questão financeira ou econômica. Ou seja, as empresas não se adaptam as exigências por simples ou mera benevolência. Existe por detrás deste conceito a busca em permanecer no mercado. Assim, a ausência de planos ambientalmente responsáveis certamente reduzem a competitividade das organizações que não se preparam para esse novo nicho de mercado do novo milênio. Portanto, para se adaptar a um novo contexto de maior competitividade, mercado consumidor cada vez mais exigente e legislações restringindo práticas que prejudiquem o meio ambiente, as organizações foram obrigadas a realizar investimentos maciços para se adaptar a esta nova ordem.

Segundo Barbieri & Cajazeira (2009, p. 70), uma empresa sustentável:

(...) é a que procura incorporar os conceitos e objetivos relacionados com o desenvolvimento sustentável em suas políticas e práticas de modo consistente. (...) Para a empresa, a incorporação desses objetivos significa adotar estratégias de negócios e atividades que atendam as necessidades das empresas e dos seus *stakeholders* atuais, enquanto protegem, sustentam e aumentam os recursos humanos e naturais que serão necessários no futuro.

Ainda como destacam estes autores, as organizações devem se basear no modelo de organização sustentável dos 3P's, conforme destacado na Figura 1 a seguir:

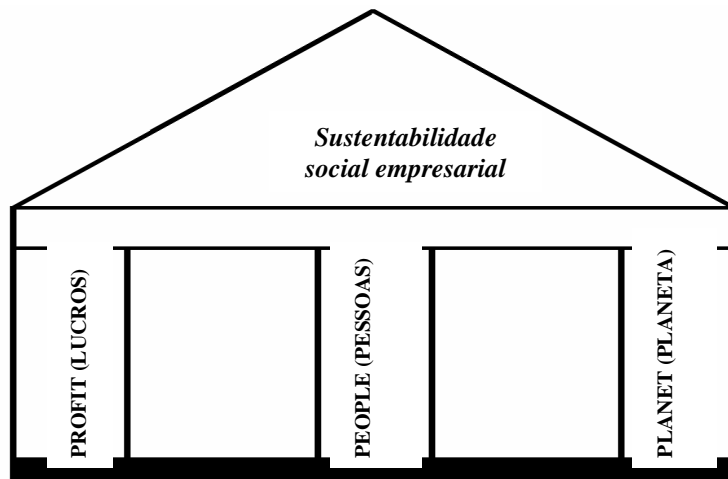


Figura 1 – O modelo da organização sustentável dos 3 Ps. Fonte: Barbieri & Cajazeira (2009, p. 79).

Este modelo, conforme apontam os autores, representa as três dimensões gerais da sustentabilidade de uma organização: a econômica (*profit* – lucros), a social (*people* – pessoas) e a ambiental (*planet* – planeta). Uma empresa terá sucesso e conseguirá se manter no decorrer do tempo somente se tiver incorporado em sua forma de atuação estes três elementos.

3.2 Responsabilidade social e ambiental

Responsabilidade é algo que todos esperam uns dos outros e, buscando introduzir nos empresários e empreendedores a Responsabilidade sócio-ambiental é que foram criadas normas de regulamentação para guiar a empresa que deseja implementar uma gestão consciente dos recursos que a mesma utilizará.

De acordo com o Dieese (2006, p. 02):

O tema da Responsabilidade Social (RS) das empresas tem ganho forte visibilidade pública nos últimos anos. Aparece em campanhas publicitárias de grandes empresas, nacionais e multinacionais, com o objetivo de divulgar compromissos e resultados de suas ações nas áreas social e ambiental. Se, internamente às empresas, os trabalhadores são estimulados a ingressar em programas de voluntariado social, externamente as empresas passam a desenvolver conjuntamente ou apoiar projetos de organizações não-governamentais ou mesmo programas oficiais. O movimento da responsabilidade social tem muitas facetas, uma delas é a criação e adoção de normas voluntárias de responsabilidade social. Existem várias iniciativas neste sentido. Muitas empresas, unilateralmente, definiram códigos de conduta ou códigos de ética, que estabelecem princípios de conduta no relacionamento com trabalhadores, comunidades locais, instituições públicas, consumidores, meio ambiente e assim por diante. Em outros casos, foram adotados códigos elaborados

por organismos empresariais setoriais, ou por organizações não-governamentais ou associações privadas.

Ashley (2005, p. 08) em seu conceito de Responsabilidade social expõe que: “responsabilidade social correspondem as atividades que a mesma pratica, a forma com que é praticada as suas políticas e os resultados derivados das suas ações positivos ou negativos e o compromisso de explicitar aos seus *stakeholders*”. Ashley afirma ainda que é lícito que: “nos dias atuais as organizações precisam estar atentas não só as suas responsabilidades econômicas e legais mas também as suas responsabilidades éticas, morais, e sociais” (ASHLEY, 2005, p. 08).

Barbieri e Cajazeiras (2009, p. 53) expõem que existem quatro dimensões sobre a questão da responsabilidade social empresarial. Segundo estes autores, estas dimensões seriam:

- a) Responsabilidade econômica: remete ao fato da empresa ser lucrativa e produzir bens e serviços que a sociedade deseja;
- b) Responsabilidade legal: são as leis que as organizações são obrigadas a seguir para operar no mercado. A sociedade espera que elas cumpram tais regras e não fujam ou burlem as “regras do jogo”;
- c) Responsabilidade ética: e quando as organizações atuam no sentido de fazer o que é certo e justo, evitando ou minimizando os impactos às pessoas. É fazer além do legal;
- d) Responsabilidade filantrópica: é aquela em que a empresa realiza ações sem uma sinalização por parte da sociedade.

A forma de entender essas responsabilidades podem ser visualizadas a partir do Quadro abaixo:

Tipo de Responsabilidade	O que deve cumprir
Responsabilidade econômica	Ser lucrativa – fornecer bens e serviços
Responsabilidade legal	Obedecer as leis
Responsabilidade ética	Fazer o certo e evitar danos
Responsabilidade filantrópica	Empresa cidadã

Quadro 1 – Tipos de Responsabilidade Social

Fonte: Barbieri & Cajazeira (2009, p. 54) – Adaptação do autor.

Em relação especificamente a responsabilidade ambiental, muitas regras tem sido desenvolvidas pelos formuladores de políticas publicas com o objetivo de proteger o meio ambiente das ações humanas. Porém, tais mecanismos nem sempre existiram e são relativamente recente tais iniciativas, conforme destaca Valle (1995):

Em algum momento a humanidade pôde se dar ao luxo de extrair, produzir e consumir sem se preocupar com concorrência e o desperdício. Os recursos naturais pareciam inesgotáveis e os mercados, impermeáveis. Este processo, porém mudou irreversivelmente, transformando o progresso quase forçado em evolução quase caótica. A natureza, que assimilava sem traumas as necessidades de um desenvolvimento controlado, hoje se mostra totalmente vulnerável às mega-agressões de uma população que, neste impreciso período, dobrou, triplicou e logo vai quadruplicar (VALLE, 1995, p. 05).

A responsabilidade social e ambiental, de acordo os autores tratados neste artigo é o grande desafio a ser enfrentado na atualidade pela sociedade. As organizações neste sentido, tem procurado se adaptar e desenvolver estratégias que incorporem as questões sociais e ambientais, visto que a sociedade tem se tornado cada vez mais exigente e as leis mais severas. Neste sentido, desenvolveram-se, em específico para a questão ambiental as técnicas de gestão ambiental as quais as organizações tem adotado em seu modelo de gestão organizacional, sendo assim uma nova e necessária forma de encarar a atual situação de insustentabilidade que o planeta se direciona.

A questão ambiental começou a ter um foco em especial na década de 90 do século XX. Foi quando começou a surgir efeitos visíveis no meio ambiente, devido ao elevado consumismo de produtos industrializados, os impactos se fizeram sentir no meio ambiente e uma série de problemas se tornaram visível e perceptíveis. Desastres ambientais, problemas na camada de ozônio, descongelamento dos árticos e outros problemas tendem a se agravar se medidas não foram tomadas para proteger o planeta.

Procurando fazer sua parte e se adaptar as novas exigências dos mercados e das leis impostas e criadas para proteger o meio ambiente, as organizações foram obrigadas a desenvolver a questão da chamada gestão ambiental. O objetivo deste capítulo é destacar o conceito de gestão ambiental bem como os mecanismos de gestão que surgiram com o intuito de proteger o meio ambiente.

3.3 Aspectos teóricos e práticos da Gestão Ambiental

Entende-se como Gestão Ambiental as ações administrativas e operacionais desenvolvidas pelas organizações com o objetivo de gerar efeitos positivos sobre os recursos naturais. Nas palavras de Barbieri (2004, p. 19):

As questões de ordem política, econômica, social e cultural que estão na raiz dos problemas ambientais, retardam ou inviabilizam a adoção de soluções. Todas essas questões devem ser consideradas quando se pretende enfrentar os problemas ambientais e isso é o que grosso modo se denomina Gestão Ambiental.

Gestão ambiental, segundo Wikipédia (2010), pode ser compreendido, portanto, como

(...) a administração do exercício de atividades econômicas e sociais de forma a utilizar de maneira racional os recursos naturais, renováveis ou não. A gestão ambiental deve visar o uso prático que garanta a conservação e preservação da biodiversidade, a reciclagem das, matérias-primas e a redução de impacto ambiental das atividades humanas sobre os recursos naturais.

Quando uma empresa pensa em gestão ambiental no seu início logo surgem as seguintes perguntas do como e por onde começar a fazer uma gestão ambiental. Este é o primeiro passo: questionar-se se ela já possui ou não métodos de gestão ambiental e caso não, como e por onde ela deve começar a trabalhar para implementar tais métodos.

Para Donaire (1995, p. 63) o processo de gestão ambiental dentro das organizações deve se desenvolver a partir dos seguintes passos:

Uma outra abordagem que pode ser analisada é aquela que sob um aspecto ambiental, envolve uma identificação das ameaças e oportunidades relacionando-as com os pontos fortes e fracos da organização. A identificação da situação que a empresa se encontra e o desenvolvimento de cenários futuros é um dos aspectos práticos que a empresa pode executar como forma de planejamento que permitirão a empresa tirar vantagens das oportunidades possíveis, prevenir as ameaças potenciais, manter os pontos fortes e minimizar ou eliminar os pontos fracos.

Neste sentido, North (*apud* DONAIRE, 1995, p. 63) propõe um exemplo de dinâmica de grupo entre os executivos da empresa que discutiriam as seguintes questões fundamentais para verificar a questão ambiental dentro da organização. É a partir destes elementos que a organização terá a possibilidade de desenvolver uma gestão ambiental eficiente, e sugere o seguinte questionamento:

A) Quais são os pontos fortes referentes a questão ambiental da empresa e de seus diferentes departamentos funcionais? Efetuar essa análise considerando os seguintes itens: Produtos amigáveis ao meio ambiente; Processos produtivos que economizam recursos e não provocam riscos ao meio ambiente; Imagem corporativa em relação a causa ambiental; Compromisso da gerência e do pessoal com a proteção ambiental; Capacidade da área de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) para tecnologias e produtos “limpos”. B) Quais são os pontos fracos relativos a questão ambiental? Considerar na avaliação o seguinte: Produtos que não podem ser reciclados; Embalagens, recipientes etc. não recicláveis; Processos poluentes; Efluentes perigosos; Imagem poluidora; Pessoal não engajado na questão ambiental. C) Quais são as oportunidades relacionadas a questão ambiental? Considerar esta avaliação, destacando:

Entrada em novos mercados; A possibilidade de transformar produtos tradicionais em produtos ambientalmente amigáveis; Assegurar a sobrevivência da empresa pela manutenção de uma boa imagem ambiental; Aumentar o desempenho dos fornecedores e colaboradores estabelecendo novos objetivos para a proteção ambiental; A possibilidade de economizar recursos, energia e custos. D) Quais são as ameaças pertinentes a questão ambiental? Considerar na análise o seguinte: Avanço da legislação ambiental e a possibilidade de investimentos adicionais e diminuição dos lucros; Intervenção governamental nas atividades produtivas atuais; Atuação dos grupos ecológicos; Desempenho dos concorrentes referentes a questão ambiental.

Donaire (1995, p. 64) ainda afirma que:

A discussão dessas questões permitirá a elaboração e o estabelecimento de um plano em que a estratégia ambiental da empresa se estenderá progressivamente a todos seus setores, de forma que num curto período de tempo, o planejamento, a organização, a direção e o controle da organização considere com a mesma atenção os resultados econômicos, financeiros e ambientais.

Sinteticamente, conforme destacam Biazin & Godoy (s.d., p. 01) pode-se compreender gestão ambiental como o processo na qual “(...) os parâmetros relacionados ao meio ambiente passam a ser levados em conta no planejamento estratégico, no processo produtivo, na distribuição e disposição final do produto”.

Portanto, o levantamento de tais informações indicadas acima permite à organização desenvolver um planejamento estratégico em relação especificamente à questão ambiental, permitindo-a compreender o estágio atual de suas ações relacionadas ao meio ambiente, bem como as possíveis dificuldades que irá enfrentar e ter que buscar soluções para enfrentá-las.

3.3.1 Medidas para combater os impactos ambientais

Os impactos ambientais são uma realidade em nossos dias. As ações dos seres humanos tem se feito sentir em todos os cantos do mundo com desastres ecológicos e ambientais que afetam o hoje e limitam uma vida de qualidade no amanhã.

Segundo Reis & Queiroz (2002, p. 05), antes de analisar o modelo de gestão ambiental dado pela ISO 14000, torna-se fundamental compreender claramente o significado de “impacto ambiental”.

Assim como esclarecem tais autores, segundo a Resolução 001/86 do CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente – pode-se entender impacto ambiental como:

(...) qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas, que direta ou indireta ou indiretamente afeta: a) a saúde; b) a segurança e o bem-estar da população; c) as atividades sociais e econômicas; d) a biota; e) as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; f) a qualidade dos recursos ambientais (REIS & QUEIROZ, 2002, p. 05).

Ainda seguindo as explicações destes mesmos autores, a NBR ISO 14001, por estar mais voltada á implantação de um modelo de gestão ambiental nas organizações define impacto ambiental como: “(...) qualquer modificação do meio ambiente, adversa ou benéfica, que resulte, no todo ou em parte, das atividades, produtos ou serviços de uma organização.” (REIS & QUEIROZ, 2002, p. 05). Embora menos abrangente que a primeira definição dada pelo CONAMA, pode-se perceber que existem similaridades nos conceitos.

Segundo Reis & Queiroz (2002, p. 05), referindo-se a NBR ISO 14001 afirmam que a introdução: “(...) as normas de gestão ambiental têm por objetivo prover as organizações os elementos de um sistema ambiental eficaz, passível de integração com outros elementos de gestão de forma a auxiliá-las a alcançar os seus objetivos ambientais e econômicos”.

O processo de avaliação de impactos ambientais (AIA) foi prevista como um dos instrumentos na lei 6.938 de 31 de agosto de 1981, porém foi efetivamente utilizada somente a partir da resolução do CONAMA 001 de 1986. Segundo Machado (*apud* REIS & QUEIROZ, 2002, p. 06) citando a Constituição do Brasil apontam que:

(...) para assegurar a efetividade desse direito (ao meio ambiente ecologicamente equilibrado) incube ao poder político: exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade (art.225,1º, IV).

Assim, o processo de avaliação de impacto ambiental é um:

(...) instrumento de política ambiental, formada por um conjunto de procedimentos capazes de assegurar, desde o início do processo, que se faça um exame sistemático dos impactos ambientais de uma ação proposta (projeto, programa, plano ou política) e de suas alternativas, e que os resultados sejam apresentados de forma adequada ao público e aos responsáveis pela tomada de decisão, e por eles considerada. Além disso, os procedimentos devem garantir a adoção de medidas de proteção ao meio ambiente determinadas, no caso de decisão sobre a implantação do projeto (REIS & QUEIROZ, 2002, p. 06).

Sinteticamente, tem-se que a avaliação de impactos ambientais é um instrumento de política ambiental e, portanto, é de competência da entidade pública. Este instrumento ainda requer a avaliação desde de todo o processo, desde a origem dos impactos e requer ainda uma participação pública, envolvendo toda a sociedade, os responsáveis pelo impacto, o órgão licenciador, o ministério público:

A NBR ISO 14001, ao pretender lançar as bases de um sistema de gestão ambiental, pretende implantar na empresa uma sistemática que lhe permita gerenciar o seu meio ambiente, considerando os aspectos/impactos ambientais, tanto positivos como negativos Desta forma refere à NBR citada no seu requisito 4.3.1 – aspectos ambientais que:

A organização deve estabelecer e manter procedimento(s) para identificar os aspectos ambientais de suas atividades, produtos ou serviços que possam por ela ser controladas e sobre os quais presume-se que ela tinha influencia, afim de determinar aqueles que tenham ou possam ter impacto significativo sobre o meio ambiente. A organização deve assegurar que os aspectos relacionados a estes impactos significativos sejam considerados na definição de seus objetivos ambientais (REIS & QUEIROZ, 2002, p. 06).

Segundo Dieese (2006, p. 02):

A ISO é uma federação internacional que congrega organismos de normalização técnica de todo o mundo, entre os quais está a brasileira ABNT. Esta última é a

organização que define as normas técnicas reconhecidas oficialmente para uso da indústria e do governo brasileiros. A ISO 9000 e a ISO 14000 são exemplos de normas voluntárias internacionais, no caso, para sistemas de gestão da qualidade e de gestão, ambiental, respectivamente.

DIAS (2009) demonstra no quadro seguinte que a norma ISO 14000 representada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) também conhecida pelo governo brasileiro como Fórum Nacional de Normalização são uma família de normas que buscam estabelecer ferramentas e sistemas para a administração ambiental de uma organização, visando a padronização de algumas ferramentas-chave de análise, tais como a auditoria ambiental e a análise do ciclo de vida.

NORMA	DESCRIÇÃO
ISO 14001	Sistema de gestão ambiental(SGA)-especificações para implantação e guia
ISO 14004	Sistema de gestão ambiental - Diretrizes Gerais
ISO 14010	Guias para auditoria ambiental - Diretrizes Gerais
ISO 14011	Diretrizes para auditoria ambiental e procedimentos para auditorias
ISO 14012	Diretrizes para auditoria Ambiental – critérios de qualificação
ISO 14020	Rotulagem ambiental – princípios básicos
ISO 14021	Rotulagem ambiental – termos e definições
ISO 14022	Rotulagem ambiental – simbologia para rótulos
ISO 14023	Rotulagem ambiental – testes e metodologia de verificação
ISO 14024	Rotulagem ambiental – guia para certificação com base em análise multicriterial
ISO 14031	Avaliação de Performance Ambiental
ISO 14032	Avaliação de Performance Ambiental dos sistemas de operadores
ISO 14040	Análise do ciclo de vida – princípios Gerais
ISO 14041	Análise do ciclo de vida – Inventário
ISO 14042	Análise do ciclo de vida – Análise dos impactos
ISO 14043	Análise do ciclo de vida – Migração dos Impactos

Quadro 2 – Quadro da família de normas NBR ISO 14000

Fonte: Dias (2009, p. 92).

Reis & Queiroz (2002, p. 07) complementam ainda que:

(...) a NBR ISO 14001 prevê que a empresa tenha que cumprir adequadamente os requisitos legais (legislação municipal, estadual e federal) aplicáveis pelo que o atendimento às diretrizes da resolução CONAMA 001/86 é uma obrigação aplicável. Diz a NBR ISO 14001 no seu requisito 4.3.2- requisitos legais e outros requisitos - que: A organização deve estabelecer e manter procedimentos para identificar e ter acesso à legislação e outros requisitos por ela subscritos, aplicáveis aos aspectos ambientais de suas atividades, produtos ou serviços.

Estas normas têm sido amplamente adotadas pelas organizações do mundo inteiro. A busca pela certificação ISO 14000 comprova que a organização esta empenhada em reduzir os impactos ao meio ambiente, ou seja, que é ambientalmente responsável. Segundo informações de Barbieri & Cajazeira (2009, p. 174) no mundo, no final do ano de 2006 existiam cerca de 129.199 empresas certificadas. Só no Brasil neste mesmo ano haviam 2.447 empresas certificadas.

Percebe-se, portanto, que as práticas de gestão ambiental têm sido um fator fundamental para as empresas permanecerem competitivas no mercado visto que os consumidores estão cada vez mais exigentes e as leis cada vez mais rigorosas. É neste sentido que as organizações tem procurado implementar sistemas de gestão ambiental, ou seja, as empresas estão atentas e preocupadas com os possíveis impactos que podem gerar no ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão ambiental nos dias atuais é de suma importância para humanidade uma vez que os recursos que fazem com que o homem subsista estão se tornando cada vez mais escassos e cada vez mais precário. É neste sentido que se faz necessário falar sobre meio ambiente e a importância de preservá-lo de forma sustentável. Não se trata apenas de abordar a questão da preservação da natureza, mas de manter vivo todo um ecossistema que permite com que os seres vivos continuem a existir.

A falta de conscientização do ser humano faz com que todo conselho de preservação se torne inútil, fazendo assim com suas atitudes um planeta que a cada dia que passa se pareça com uma bomba relógio que a qualquer hora pode mostrar toda a insatisfação de ser tão mal utilizada. Esta insatisfação da mãe natureza inclusive tem se feito sentir em diversas catástrofes climáticas que o mundo esta vivenciando.

Visando aborda algumas alternativas de melhorias nas organizações e estimular uma conscientização por parte tanto de líderes como de colaboradores, é que o objetivo geral deste trabalho foi criado, sendo ele o de compreender que medidas podem ser desenvolvidas dentro de uma organização para se proteger o meio ambiente. Ou seja, que práticas uma organização pode desenvolver para se tornar ambientalmente responsável.

Visto a necessidade de mostrar a importância do tema abordado nas organizações sobre o meio ambiente e a sua sustentabilidade, é que buscou-se evidenciar a evolução do

conceito de sustentabilidade e a importância que a sustentabilidade têm nas organizações. Procurou-se destacar ainda a questão da responsabilidade social e ambiental das organizações que desejam se manter ativas em um cenário de exigências cada vez maiores.

No artigo ainda buscou apresentar os aspectos teóricos e práticos da gestão ambiental de forma que quando uma empresa pensar em gestão ambiental, logo no seu início ela já deve ter parâmetros de onde e por onde começar a gestão ambiental. O interessante que uma boa gestão ambiental se inicia não pela criação de um CNPJ mas sim pela criação de uma boa consciência por parte dos líderes e gestores do negócio, se bem elaborada e estruturada logo no seu início se tornar mais fácil de ser implementada e a imagem da organização cresce juntamente com a mesma valorizando sua marca seus produtos ou serviços e trazendo valor e competitividade para empresa que optar introduzir um modelo de gestão ambiental em seus planejamentos organizacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASHLEY, P. A (org). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

BARBIERI, J. C. **Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. São Paulo: Saraiva, 2004.

BARBIERI, J. C. CAJAZEIRA, J. E. R. Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática. São Paulo: Atlas, 2009.

BIAZIN, C. C.; GODOY, A. M. G. **Gestão ambiental: a rotulagem ambiental nas pequenas empresas do setor move leiro**. S.d. Disponível em:
<http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/eco/trabalhos/mesa4/1.doc>. Acesso em: 22 de março de 2010.

BRAGA, B. (Org). **Engenharia Ambiental**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

DIAS, R. **Marketing Ambiental: ética, responsabilidade social e competitividade nos negócios**. São Paulo: Atlas, 2008.

DIAS, R. **Gestão Ambiental na Empresa**: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2009.

DIEESE. Normas de Responsabilidade Social da ISO e da ABNT: subsídios para o movimento sindical. **Nota Técnica**, nº 29, julho de 2006. Disponível em: http://www.empresalimpa.org.br/Arquivos/Documentos_Oficina_Pacto/ABNT%20e%20ISO.pdf. Acesso em: 22 de março de 2010.

DONAIRE, D. **Gestão Ambiental na Empresa**. São Paulo: Atlas, 1995.

FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário da língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Esperança, 1995.

REIS, L. F. S. de S. D.; QUEIROZ, S. M. P. **Gestão Ambiental em pequenas e médias empresas**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

VALLE, C. E. **Qualidade Ambiental**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1995.

WIKIPÉDIA. Gestão ambiental. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Gest%C3%A3o_ambiental. Acesso em: 22 de março de 2010.